



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Domínguez Avila, Carlos Federico

O dragão e o jaguar: um estudo das relações sino-brasileiras nos primeiros anos do século XXI

Afro-Ásia, núm. 42, 2010, pp. 9-25

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77020008001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



O DRAGÃO E O JAGUAR: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI

*Carlos Federico Domínguez Avila**

Ao longo de muitos anos, Brasil e China foram capazes de construir relações corretas, cooperativas e pacíficas, mesmo que de baixa intensidade, modestas e, em certos aspectos, irrelevantes. Em geral, os países priorizaram suas relações com outros atores internacionais e terminaram adotando uma atitude negligente com sua agenda recíproca.¹ Nos primeiros anos do século XXI, a tendência histórica de relações corretas, mas de baixa intensidade começou a mudar. Constatou-se que, desde 2001, existe uma rápida expansão das relações econômicas e políticas. Essas tendências geram importantes consequências tanto em termos estritamente bilaterais, como em âmbitos multilaterais – quer dizer hemisféricos e globais.

Atualmente as relações econômicas bilaterais sino-brasileiras são muito significativas e cada vez mais intensas. Assim, por exemplo, segundo estatísticas do governo brasileiro, em 2010 o valor das exportações em ambos os sentidos superou os US\$ 56 bilhões – com superávit para o lado brasileiro de um montante de US\$ 5,2 bilhões. Naturalmen-

* Docente e pesquisador do Centro Universitário UNIEURO e do Centro Universitário de Brasília. Tradução de Monica Santos.

¹ Zhang Xinsheng e Li Shaoxian, “O novo clima de cooperação entre a China e a América Latina”, in Lytton Guimarães (org.), *Ásia, América Latina, Brasil: A construção de parcerias* (Brasília: CEAM/UNB, 2003), pp. 215-47.



te, isso é algo sumamente relevante e sugestivo. No campo político, o diálogo bilateral e multilateral também é cada vez mais intenso e fértil – mesmo que também existam algumas contradições normais e naturais.

Fundamentos econômicos

As relações econômicas vigentes entre o Brasil e a China incluem principalmente fluxos comerciais e, recentemente, investimentos produtivos em ambos os sentidos. Também incluem aspectos de cooperação técnica horizontal e de transferência de tecnologia. Convém acrescentar que tais relações são influenciadas pelas transformações globais, cujas tendências são favoráveis a uma crescente interdependência, à liberalização comercial e à cooperação entre países em desenvolvimento.²

Comércio

O comércio Brasil-China foi muito dinâmico nos primeiros anos do século XXI. Segundo estatísticas de comércio, publicadas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o valor das exportações brasileiras com destino ao país asiático cresceu de US\$ 1.1 bilhões, em 2000, para US\$ 30.8 bilhões, em 2010 – e, seguramente, se aproximará dos US\$ 35 bilhões em 2015. Entretanto, no mesmo período, o valor das importações brasileiras procedentes daquele país aumentou de US\$ 1.2 bilhões a US\$ 25.5 bilhões (ver Tabela 1).

Segundo as mesmas autoridades brasileiras de comércio exterior, na pauta das exportações para o mercado chinês sobressaem bens primários, tais como: petróleo, minério de ferro e soja – estes três produtos representam quase 70%. Também se incluem bens de média e alta tecnologia, sobretudo dos setores automotivo (e aéreo), químico, plásticos, eletroeletrônicos, metal-mecânica, material médico-cirúrgico, maquinaria agropecuária, fertilizantes, material de escritório e papel. Trata-se, em geral, de bens primários (agrícolas e minerais) e de bens de capital e de consumo duradouro. São bens de boa qualidade e com preços com-

² David Held *et alii*, *Global Transformations*, Stanford: Stanford University Press, 1999. CEPAL, *Globalización y Desarrollo*, Santiago de Chile: ONU, 2002.

Tabela 1
Tendências de comércio Brasil-China, 2000-2010
(Milhões de US\$ FOB)

	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Balança comercial	Corrente total de comércio bilateral
2000	1,085	1,222	-136	2,307
2001	1,902	1,328	574	3,23
2002	2,521	1,554	967	4,075
2003	4,533	2,148	2,386	6,681
2004	5,442	3,71	1,731	9,152
2005	6,835	5,354	1,48	12,19
2006	8,402	7,99	412	16,393
2007	10,749	12,619	-1,87	23,368
2008	16,403	20,044	-3,641	36,447
2009	21,004	15,911	5,093	36,915
2010	30,786	25,593	5,193	56,379

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil
(<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>; consulta em 24 de janeiro de 2011).

petitivos. Cabe mencionar que, no seu esforço para penetrar e se consolidar no mercado chinês, os exportadores brasileiros gozam do eficiente apoio da Agência de Promoção e Investimentos (APEX- Brasil).

As importações brasileiras procedentes da China incluem: equipamentos de telecomunicações, transistores eletrônicos, equipamentos ópticos, carvão, produtos químicos, calçados, têxteis, maquinarias e equipamentos eletrodomésticos. Além disso, incluem produtos de meia e alta tecnologia (especialmente informática), automóveis e peças de reposição, entre muitos outros. Observe-se que se trata de uma pauta muito mais diversificada e com produtos intensivos em capital, o que gera benefícios adicionais para o país asiático – e certa preocupação nos meios brasileiros diante de uma eventual dependência agroexportadora e estrutural de novo tipo.



Convém acrescentar que o interesse chinês no mercado brasileiro, em particular, e latino-americano, em geral, se fundamenta na necessidade de expandir e diversificar seus sócios no mundo. Trata-se de uma política essencialmente pragmática, em que predominaria o intercâmbio de recursos naturais e alimentos brasileiros em troca de bens manufaturados e semi-manufaturados chineses. Lembrando, também, que para continuar sustentando o impressionante crescimento econômico do país asiático e sua prosperidade, é cada vez mais relevante buscar mercados de média e alta sofisticação, como o brasileiro, e neles penetrar. Por outro lado, para os exportadores brasileiros é altamente atrativo o mercado chinês, com mais de um bilhão de consumidores potenciais e alto e crescente poder aquisitivo. Tais ponderações permitem enquadrar o rápido crescimento das relações comerciais sino-brasileiras. Note-se que, desde 2009, a China é o mais importante parceiro comercial do Brasil no mundo. Ao mesmo tempo, o Brasil é relevante parceiro da China no continente americano.

Ainda assim, é importante mencionar que as massivas exportações chinesas para o mundo e especificamente para o Brasil também estão provocando alguma preocupação, tanto interna como externamente.³ No mercado doméstico brasileiro, existem manifestações pessimistas de certos setores vulneráveis às importações chinesas de baixo custo, particularmente as relacionadas às indústrias de calçados, vestuário, maquinário e equipamentos e brinquedos. Nesse sentido, é cada vez mais evidente a existência de pressões *anti-dumping* e protecionistas contrárias à penetração de produtos chineses no mercado local. Um impacto negativo para o comércio internacional brasileiro também é visto em outros mercados (especialmente nos dos EUA, Chile, México e alguns países do continente africano),⁴ onde os produtos chineses estão substituindo as exportações brasileiras.⁵ Observa-se que esta situação

³ Rodrigo Maciel, "The Economic Relationship between China and Brazil", in Cynthia Arnson, Mark Mohr e Riordan Roett (orgs.), *Enter the Dragon? China's Presence in Latin America* (Washington: WWIC/SAIS, 2007), pp. 27-41.

⁴ Alguns analistas sugerem que China e Brasil estão travando uma silenciosa batalha por prestígio e influência política e econômica nos países africanos, sobretudo nos de língua portuguesa (Angola, Moçambique e Cabo Verde).

⁵ Marcos Cordeiro Pires, "Os desafios da concorrência chinesa para a economia brasileira", in Luís Antonio Paulino e Marcos Cordeiro Pires (orgs.), *Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul* (São Paulo: LCTE Editora, 2009), pp. 95-116.



gera uma configuração de relações comerciais tanto de complementaridade como de concorrência em termos bilaterais e globais.⁶

Também é cada vez mais evidente uma tendência desfavorável para o Brasil em seu comércio bilateral com a China. O déficit comercial do Brasil com relação à China precisa ser monitorado e avaliado periodicamente pelos governos e pelas empresas de comércio exterior, procurando evitar uma situação de desequilíbrio estrutural e possível discordância das partes – o que poderia provocar algum tipo de neoprotecionismo. Nesse sentido, é necessário trabalhar conjuntamente para reduzir o déficit comercial brasileiro, com vistas a alcançar uma relação justa, correta e mutuamente vantajosa.

Investimentos produtivos

Os investimentos produtivos de capitais privados fazem parte da atual agenda econômica entre Brasil e China. Os investimentos de capital chinês no mercado brasileiro são relativamente modestos e estão longe das projeções utópicas anunciadas pelo presidente Hu Jintao durante sua visita ao Brasil em 2004. Dificilmente o valor dos investimentos chineses no Brasil chega a cem milhões de dólares. Os investimentos produtivos chineses incluem o setor de extração mineral, infra-estrutura e transportes. Assim, a China é uma fonte potencial de investimento estrangeiro direto no Brasil – mas o chamado “sino-dólar” ainda não se manifestou plenamente no país sul-americano.

Os investimentos produtivos de empresas brasileiras na China também são relativamente recentes. São liderados por grandes empresas, como a Embraer (aeronáutica), a Vale do Rio Doce (mineração), a Petrobrás (energia) e a Embraco (tecnologia). Atualmente, existem iniciativas cada vez mais relevantes de capitais privados brasileiros que procuram operar na China – e em outros países asiáticos –, pretendendo satisfazer à demanda local reprimida e, também, aproveitar os acordos comerciais existentes entre esses países e outros mercados.

⁶ Uziel Nogueira, “China-Latin America Relations in the XXI Century: Partners or Rivals?” *Carta Internacional*, v. 2, n. 2 (2007), pp. 3-11.



Cooperação técnica horizontal para o desenvolvimento e transferência de tecnologia

A cooperação técnica horizontal entre países em desenvolvimento faz parte do diálogo vigente e da solidariedade sul-sul. Nesse sentido, a cooperação sino-brasileira é um exemplo muito positivo do trabalho conjunto, coordenado e de longo prazo. A cooperação técnica do Brasil com a China é significativa e se realiza, fundamentalmente, através de três vias institucionais: (a) pela Agência Brasileira de Cooperação, ligada ao Ministério das Relações Exteriores; (b) por instituições autônomas e especializadas do governo, tais como EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz), ESAF (Escola de Educação Fazendária), universidades e institutos de pesquisa, entre outros, e por instituições não governamentais ou do terceiro setor. Em contrapartida, as instituições chinesas homólogas realizam ações de cooperação em relação ao Brasil.

O programa de Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres – ou *China-Brazil Herat Resources Satellites* (CBERS) – é de particular interesse e relevância para os fins do presente artigo e merece um comentário específico. Observa-se que analistas de ambos os países sugerem que a exitosa experiência de construção de satélites de interesse bilateral é o maior símbolo da densidade de confiança e identidade dos vínculos e da articulação entre as partes no campo científico e tecnológico. Na verdade, trata-se de uma das maiores e mais relevantes demonstrações de cooperação entre países em desenvolvimento que existem atualmente no mundo.⁷

O programa CBERS começou em março de 1988 com a assinatura de um acordo de cooperação em tecnologia espacial entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (vinculado ao Ministério da Ci-

⁷ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), “CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres”, 2009, disponível em <www.cbbers.inpe.br>, consulta em 17 de outubro de 2009.



ência e Tecnologia do Brasil) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST, sigla em inglês). Em geral, essa é uma família de satélites de sensoriamento remoto para uso civil, que, vale destacar, produzem imagens do relevo terrestre, que, por sua vez, são utilizados na confecção de mapas, na prospecção de recursos naturais, na vigilância e na proteção dos recursos naturais – sobretudo no caso de extensa bacia amazônica – entre outros.

Os dois satélites da família CBERS foram lançados em 1999 e 2003. O primeiro teve uma vida útil até 2003, e o segundo deixou de operar no dia 15 de janeiro de 2009. O terceiro satélite, também lançado em 2003, continua em funcionamento. Da mesma forma, o programa de cooperação sino-brasileiro está plenamente em vigor, e estão programados os lançamentos de dois novos satélites em 2011 e 2014. Convém acrescentar que, inicialmente, o financiamento do programa era dividido de forma desigual – Brasil, com 30% dos recursos, e China, com 70%. No último acordo firmado pelas partes, coloca-se que, atualmente, o financiamento será realizado em partes iguais – quer dizer, 50% para cada país.⁸

Em geral, o acordo de cooperação espacial sino-brasileiro é considerado bem sucedido, ao se verificar que permitiu o desenvolvimento de tecnologias de alta complexidade. Também permitiu dividir os custos, melhorar a capacidade logística instalada em ambos os países, capacitar recursos humanos especializados e manter vivo o programa espacial brasileiro – especialmente em uma época de restrições orçamentárias. Até o momento, o programa CBERS executou cerca de US\$400 milhões, financiados por Pequim e Brasília. Vale ressaltar que ele é um dos quatro existentes no mundo – o que coloca esses países no seleto grupo de nações que dominam esse tipo de tecnologias altamente sofisticadas e significativas, do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico mundial.

Mesmo no campo da cooperação técnica bilateral, convém acrescentar que os governos dos dois países têm instruído os diretores de

⁸ Edmilson Costa Filho, “A cooperação internacional no programa de satélites: o caso do CBERS”, *Revista de Ciência e Tecnologia – Recitec / Política de Gestão para a Periferia*, v. 4, n. 2 (2000), pp. 248-62.



suas respectivas empresas do setor de energia – a Petrobras e a Sinopec (China Petroleum & Chemical Corporation) – para avaliarem a viabilidade de realizar investimentos conjuntos. Isto é particularmente importante no que concerne à exploração de hidrocarbonetos em águas profundas e ultraprofundas, utilizando a mundialmente reconhecida tecnologia brasileira nessa especialidade. Note-se que, desde o anúncio da descoberta de petróleo e gás nas chamadas camadas pré-sal do litoral brasileiro, em 2008, o governo chinês foi um dos primeiros a demonstrar interesse e, eventualmente, investir financeiramente para realizar a extração dos recursos energéticos. Isso poderá resultar no estabelecimento de importantes vínculos comerciais no campo da energia, devido à persistente demanda da China por petróleo e gás, o que coloca o Brasil como um importante provedor potencial.⁹

Fundamentos políticos

Na esfera política, o diálogo entre o governo brasileiro e sua contrapartida chinesa é cada vez mais intenso, complexo e construtivo, apesar de também existirem algumas diferenças pontuais.¹⁰ Em geral, o diálogo político ocorre bilateralmente. Efetivamente foi criada, em 2007, a Comissão Nacional Brasil-China com o propósito fundamental de intensificar as relações bilaterais em todos os sentidos. Há também outros canais multilaterais, lembrando que ambos os países fazem parte de fóruns mundiais e regionais, entre outros: Nações Unidas, o Grupo dos Cinco, ou G-5 (Brasil, China, México, Índia e África do Sul), o G-20 (Brasil, China e outros países industrializados e em desenvolvimento de diferentes continentes). Paralelamente, a China é um observador na Organização dos Estados Americanos e um interlocutor privilegiado do Mecanismo Permanente de Consulta e Acordo Político (ou Grupo do Rio). Da mesma forma, desde 1997, existe um mecanismo específico para o diálogo entre a China e os países membros do Mercosul. Por seu lado, o

⁹ “China quer explorar o pré-sal com a Petrobras”, *O Estado de S. Paulo Digital*, São Paulo, 22.10.2008, disponível em <www.estadao.com.br/noticias/economia,china-quer-explorar-o-pre-sal-com-a-petrobras,264271,0.htm>, consulta em 19 de outubro de 2009.

¹⁰ Brasília e Pequim reestabeleceram suas relações diplomáticas plenas em 1974.



Brasil é um observador do Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico (APEC). Consequentemente, os encontros entre as autoridades políticas e diplomáticas brasileiras e chinesas são bastante frequentes e dinâmicos, seja em cúpulas de chefes de Estado ou em reuniões ministeriais. Tudo isto supõe o surgimento de uma possível aliança estratégica altamente relevante para ambos os países e com impacto hemisférico e global – na verdade, vários analistas ponderam sobre o surgimento de um eixo político-econômico alternativo.¹¹

A agenda política atual entre Brasil e China inclui os seguintes temas gerais:¹²

- *A manutenção da paz e da segurança internacional*, nesse ponto normalmente as partes reiteram a necessidade de respeitar e atribuir suas respectivas políticas internacionais aos princípios fundamentais do Direito Internacional, isto é, a livre determinação dos povos, a não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, a solução pacífica de controvérsias, a proibição da ameaça ou uso da força, a defesa dos direitos humanos universalmente reconhecidos, a cooperação internacional para o desenvolvimento, a igualdade jurídica entre os Estados, o respeito pelas fronteiras e tratados, entre outros. As partes também concordam sobre a importância de evitar conflitos entre Estados e a necessidade objetiva de assegurar a paz, a harmonia e a cooperação. A luta conjunta e coordenada de combate aos crimes transnacionais faz parte dessa temática, que inclui a luta contra a corrupção, o tráfico de drogas, o terrorismo, o tráfico de pessoas e outros seres vivos (animais e plantas), o tráfico de armas e outros crimes relacionados.
- *A superação da pobreza e da exclusão social*, desta-

¹¹ Amado Cervo, *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*, São Paulo: Saraiva, 2008.

¹² As ponderações sobre tendências de relações políticas são o resultado da análise documental de várias declarações conjuntas e de outros instrumentos diplomáticos (bilaterais e multilaterais), assinados pelos representantes dos governos do Brasil e da China, em diferentes oportunidades, desde 2006. Estes documentos oficiais podem ser consultados no site do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br).



cando-se que as partes concordam sobre a necessidade urgente, global e objetiva de erradicar gradualmente tais problemas sociais, que, muitas vezes, são verdadeiras ameaças para a governabilidade e o desenvolvimento humano em diferentes países (ver Tabela 2).

- *A proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável*, lembrando que Brasil e China são importantes atores com vínculos e interesses na temática ambiental global. Nesse sentido, as partes frequentemente concordam sobre a relevância de aplicar os princípios e os compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ou Rio 92 – e nos acordos subsequentes. A cooperação e a coordenação Brasil-China, em matéria de desenvolvimento sustentável, precisam ser ampliadas e aprofundadas, uma vez que os países em questão sofrem as consequências das mudanças climáticas globais, ou seja, dos processos de desertificação e desmatamento, da perda de recursos naturais não renováveis, da biopirataria, dos furacões cada vez mais violentos, entre outros fenômenos.

Um tópico em que se terá que verificar o compromisso de ambos os países com a temática ambiental está relacionado com as exportações brasileiras de soja. Acontece que, em seu afã de crescimento econômico, tanto o Brasil como a China estão alterando – e em alguns casos destruindo – seu ambiente em um ritmo muito intenso. Tal é o caso, por exemplo, do aumento considerável da fronteira agrícola na região amazônica brasileira – especialmente no estado de Mato Grosso – e da sua utilização para o plantio de soja, cujo principal destino é o mercado chinês. Consequentemente, a destruição de considerável extensão de território da selva brasileira, para satisfazer o consumo mundial, em geral, e da China, em particular, pode pôr em risco a segurança dos habitantes daquela região do Brasil, e deixar um legado terrível para as gerações futuras.

- *A promoção e a proteção dos direitos humanos*, observando que as partes estão comprometidas a cumprir o dis-

Tabela 2
Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil e China (2010)

País	<i>Ranking IDH</i>	ÍDH	Esperança de vida ao nascer (anos)	Anos de educação (média)	Ingresso nacional bruto <i>per capita</i> (US\$)
Brasil	73	0,699	72,9	7,2	10,607
China	89	0,663	73,5	7,5	7,258

Fonte: PNUD. *Human Development Report 2010 – 20th Anniversary*. Nova York: Nações Unidas, 2010, em <www.undp.org>, consulta em 24 de janeiro de 2011.

posto na Declaração Universal dos Direitos Humanos – bem como as declarações específicas sobre a proteção dos direitos das mulheres, das comunidades indígenas, das pessoas em risco social e das minorias. Os governos do Brasil e da China têm-se manifestado reiteradamente contra todas as formas de discriminação, intolerância, racismo e xenofobia. Um tema de particular atenção dos governos e dos povos em questão está vinculado à migração internacional. Vale ressaltar que, no Brasil, há uma crescente comunidade chinesa, que tem uma imagem positiva na sociedade brasileira. Em geral, os membros dessa comunidade se dedicam a atividades comerciais e culturais, que se constroem baseadas em um vínculo de interesse comum aos dois países.

- *O aperfeiçoamento dos mecanismos de integração e coordenação regional e global*, normalmente as partes concordam sobre a necessidade de aprofundar os vínculos econômicos intrarregionais, com base nos critérios do regionalismo aberto, do comércio justo e da integração regional. Além disso, as partes tomam nota da necessidade de reformar gradualmente o sistema multilateral de comércio, procurando intercâmbios não discriminatórios, abertos, transparente, livres de protecionismos, de subsídios ilegítimos e unilateralismos. Este tópico também inclui a coordenação regional em fóruns globais, em que se favorece o multilateralismo e confirma a necessidade de se opor às práticas unila-



teralistas e hegemônicas de certas potências. Além disso, normalmente as partes concordam sobre a necessidade de promover reformas em fóruns internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio. Um tema crucial e de crescente relevância para o Brasil é a possibilidade – com eventual apoio de Pequim – de aceder a um assento permanente em uma eventual reforma do Conselho de Segurança da ONU. Embora os governos de ambos os países concordem sobre a necessidade de corrigir os desequilíbrios e as distorções atuais, de ampliar sua composição, de melhorar os mecanismos de tomada de decisões e de outorgar maior transparência e legitimidade dessa importante instância de decisões globais, a possibilidade real de reforma do Conselho de Segurança da ONU é algo que não parece provável de ser alcançada num futuro próximo.¹³ Igualmente, é ambíguo o apoio de Pequim à reivindicação brasileira de se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança – em contraste com a simpatia chinesa às reivindicações de Nova Deli e a sua forte oposição às reivindicações de Tóquio.

A agenda política Brasil-China também inclui a participação de atores não estatais, tais como: partidos políticos, empresas transnacionais, organizações não governamentais, organizações profissionais, sindicatos e organizações camponesas, instituições religiosas, entre outros. Os contatos entre os atores não estatais brasileiros e chineses são cada vez mais importantes, na medida em que se constituem como possíveis grupos de pressão junto aos respectivos governos e sociedades.¹⁴

¹³ Jorge Domínguez, *China's Relations with Latin America: Shared Gains, Asymmetric Hopes*, Washington: Inter-American Dialogue, 2006.

¹⁴ A esse último devem agregar-se os crescentes vínculos socioculturais entre as partes. Por um lado, destaca-se a difusão da cultura brasileira na China, através das ações do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), ligado à representação diplomática do país sul-americano. Essas instituições facilitam o conhecimento da língua portuguesa, da literatura, da música, das artes plásticas, do folclore, da gastronomia e de muitas outras expressões culturais brasileiras – sem se esquecer da popularidade na China do esporte brasileiro. Em contrapartida, a crescente importância da cultura latino-americana na China contribui, indiretamente, para divulgar aspectos positivos da cultura brasileira no país, com resultados bastante animadores e promissores.



Uma questão de particular interesse para Pequim e, em menor grau, para Brasília é o reconhecimento de Taiwan pelo governo do Paraguai. Note-se que Pequim, praticamente, condicionou a intensificação das relações com o Mercosul, a que todos os seus membros reconheçam a soberania da República Popular na ilha de Taiwan. A vinculação do tema de Taiwan ao diálogo China-Mercosul, aparentemente, tem incentivado Brasília a realizar gestões junto a Assunção, com o propósito de agilizar o reconhecimento paraguaio de Pequim. Até o momento, tais iniciativas brasileiras não têm resultado frutíferas, dado que o Paraguai é um dos poucos países do continente e do mundo que continuam reconhecendo as autoridades da ilha asiática.¹⁵

Por último, vale lembrar que potências extra-regionais, com vínculos e interesses tanto no Brasil como na China, incidem direta e indiretamente no diálogo e na agenda política em questão. Entre tais atores extrarregionais, convém citar os casos dos Estados Unidos,¹⁶ do Canadá, de Portugal, da Espanha, do Chile, da Inglaterra, da França, da Alemanha, da Holanda, do Japão, de Taiwan, da Coreia do Sul e, recentemente, da Argentina, da Índia, da Rússia, da Itália e do México.

No que diz respeito às questões de segurança internacional, convém destacar que o Brasil e a China estão sujeitos a uma série de pressões endógenas e exógenas, que têm impacto direto e indireto em suas respectivas inserções internacionais de segurança, seja em nível global, hemisférico, regional nacional ou comunitário-individual. Cada país, em função de suas trajetórias e circunstâncias específicas, tende a identificar e a avaliar certas ameaças, desafios e oportunidades, tanto tradicionais como emergentes. Não é o objeto do presente artigo revisar tais aspectos da segurança global, hemisférica e nacional, inclusive porque existe farta literatura especializada a respeito.¹⁷ É interessante, no en-

¹⁵ Durante sua campanha presidencial, Fernando Lugo anunciou a disponibilidade para estabelecer relações diplomáticas com Pequim. No entanto, mais de um ano após sua posse, o atual governo paraguaio ainda não concretizou tal promessa.

¹⁶ Alguns analistas sugerem que a presença da China no hemisfério ocidental permitiria uma mudança gradual em relação à presunção hegemônica da principal potência do continente. Entretanto, vale destacar que, em termos estritamente realistas, as relações tanto de chineses como de latino-americanos com os Estados Unidos são muito mais importantes do que as dos primeiros entre si.

¹⁷ Charles-Philippe David, *A guerra e a paz: abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia*, Lisboa: Instituto Piaget, 2001.



tanto, identificar e refletir sobre algumas prioridades de segurança internacional – no sentido mais amplo do termo – que atraem para uma emergente agenda específica sino-brasileira.

Uma possível agenda de segurança internacional de interesse tanto de brasileiros como de chineses poderia incluir os seguintes tópicos específicos: a repressão conjunta e multilateral de crimes transnacionais (narcotráfico, tráfico de armas, tráfico de seres humanos, reciclagem de ativos e outros crimes conexos); a não proliferação de armas de destruição em massa (nucleares, químicas, biológicas e vetores), a prevenção do terrorismo, a ativa participação conjunta em missões de paz – exemplo disso é a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), comandada por militares brasileiros e integrada por contingentes militares e policiais da China e de outros 30 países – a reconfiguração e a desmilitarização das instituições e das doutrinas de segurança, a difusão de novos conceitos de segurança internacional, a transparência nos gastos, as políticas e as doutrinas militares, a cooperação militar Brasil-China; a retomada controlada e responsável das transferências de material de uso militar e policial de fabricação brasileira para o mercado chinês (e vice-versa), a oposição frente a políticas unilateralistas e intervencionistas das grandes potências, entre outros. Em tal hipótese, uma possível agenda sino-brasileira de segurança se estabeleceria como um exemplo positivo de cooperação internacional.

Considerações finais: três cenários prospectivos para o futuro das relações entre Brasil e China (2010-2020)

Brasil e China estão localizados exatamente em polos opostos do planeta. No entanto, nos primeiros anos do século XXI, os laços econômicos e políticos entre as partes geraram sensível e evidente aproximação. Quais são, então, as perspectivas para o futuro das relações Brasil-China? Ainda que não exista uma resposta completa ou definitiva para esta pergunta, é possível identificar alguns cenários plausíveis. Naturalmente, o curso final do relacionamento sino-brasileiro vai depender tanto das pressões e das transformações globais e transnacionais, como das escolhas de política internacional dos governos e dos atores não



governamentais dos países em questão – bem como dos procedentes de países extrarregionais, com vínculos e interesses em ambos os países.

Convém acrescentar que Brasil e China são considerados países emergentes, o que implica relevantes desafios multilaterais, intercontinentais e globais. O crescimento econômico de ambos continuará nos próximos dois anos, o que implicará a progressiva cooperação e competição. Deve-se reconhecer a existência de uma visão estratégica, afinidades eletivas, convergência de opiniões, coerência e continuidade de ambos os lados. Trata-se de países com governos que têm claras prioridades, entre outras: a criação de emprego, a transformação produtiva, o desenvolvimento humano e a governabilidade democrática (embora no lado chinês os temas políticos devam continuar avançando de forma muito mais acelerada em direção a uma real abertura democrática). Mesmo assim, são países com sociedades vibrantes e perspectivas muito favoráveis nas primeiras décadas do século XXI.

Tendo em conta o espaço temporal da próxima década, é possível imaginar três cenários para os relacionamentos em questão, que podem ser chamados de inércia, otimismo e pessimismo.

No cenário inercial, as relações sino-brasileiras continuariam sendo dominadas pelas regularidades econômicas, políticas e de segurança observadas nos últimos anos. No campo econômico, o comércio entre as partes continuaria sendo significativo, alto e crescente. No entanto, o déficit brasileiro terminaria impulsionando certas medidas restritivas e protecionistas. Por conseguinte, as relações econômicas tendem a se estabilizar e, eventualmente, a declinar. No campo das políticas e de segurança, as relações econômicas continuariam sendo, em geral, positivas, embora com poucos resultados realmente satisfatórios para as partes. Os temas de interesse comum poderão ser tratados em amplos fóruns multilaterais, tais como, o Grupo dos Cinco, o diálogo China-Mercosul ou a Organização das Nações Unidas.

No cenário otimista, haveria uma sensível aproximação dos vínculos econômicos, políticos e de segurança internacional. O crescente superávit comercial chinês seria compensado com sistemáticos investimentos de capital daquele país no Brasil, com transferência de tecnologia, com real abertura do mercado chinês para as exportações e os



investimentos brasileiros, com incremento da cooperação técnica horizontal e com outras iniciativas compensatórias. No campo político e de segurança, o diálogo entre as partes alcançaria um elevado grau de intensidade. Surgiria, assim, um importante polo sul-sul que poderia se tornar atrativo para outros países em desenvolvimento, especialmente da Ásia e da América Latina.

No cenário pessimista, as relações econômicas e especificamente as comerciais sofreriam um rápido declínio, porque os produtos e os serviços chineses poderiam ser substituídos por congêneres de outros países mais acessíveis e abrangentes. Claramente se trataria de uma situação com poucas possibilidades para o diálogo, a cooperação e a necessária solidariedade entre as partes – deixando em dúvida o valor da parceria estratégica bilateral sino-brasileira.

Nessa linha, acreditamos que as relações entre Brasil e China terminarão avançando por algum ponto próximo do cenário inercial, mas com tendência a um moderado otimismo. Essa dinâmica permitiria trabalhar com uma agenda fundamentada tanto no pragmatismo, como nas afinidades eletivas, na sensibilidade, na solidariedade e na comunhão de interesses e valores. No contexto das dramáticas transformações globais vigentes nos primeiros anos do século XXI, tal cenário implicaria alcançar o objetivo de estabelecer relações maduras, sólidas, construtivas e mutuamente benéficas para brasileiros e chineses, em particular, e para os latino-americanos e asiáticos, em geral.

Texto recebido em 22/03/2008 e aprovado em 07/10/2009



Resumo

O artigo aborda as relações econômicas e políticas vigentes entre o Brasil e a China. Verifica-se que as econômicas são muito intensas, especialmente em termos comerciais e, recentemente, de investimentos produtivos – isto é, investimentos estrangeiros diretos. O diálogo político entre as partes é construtivo, relevante e cada vez mais significativo, ainda que também existam certas divergências. No final do artigo, apresentam-se três cenários plausíveis para o futuro das relações sino-brasileiras.

Palavras-chave: Brasil – China – economia internacional – política internacional – globalização

Abstract

The article discusses de economic and political relations between Brazil and China. It shows that economic relations are very intensive, especially in trade and investment. The political dialogue is frank, relevant and more and more significant, despite some disagreements. It concludes that there are three possible scenarios for the bilateral Sino-Brazilians relations.

Keywords: Brazil – China – international economy – international politics – globalization

